

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.165 - SP (2019/0355497-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : G T F (PRESO)
ADVOGADOS : MARCO ANTONIO DA SILVA - SP362986
FLAVIO RUBENS COUTO - SP353584
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por G T F contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2192688-91.2019.8.26.0000.

Segundo os autos, o recorrente teve a prisão preventiva decretada no dia 27/8/2019 pela prática, em tese, dos "*crimes previstos nos artigos 217-A, caput, por 11 vezes e no artigo 217-A, caput, c.c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal*" (e-STJ fl. 233).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 259):

Habeas Corpus - Liberdade provisória - Paciente denunciado como incurso no artigo 217-A, *caput*, por onze vezes, e artigo 217-A, *caput* c/c artigo 14, inciso II, todos do Código Penal.

Responsabilidade penal - Estreita via do "*habeas corpus*" que não comporta dilação probatória - Alegação não conhecida.

DECISÃO FUNDAMENTADA - Presentes os requisitos previstos no artigo 312, do Código de Processo Penal - Desde que a permanência do réu em liberdade possa dar motivo a novos crimes ou cause repercussão danosa no meio social, cabe ao Juiz manter a custódia cautelar como garantia da ordem pública - Índícios de autoria e prova da materialidade.

Impetração parcialmente conhecida e, na parte conhecida, ordem denegada.

Nesta instância, a defesa sustenta carência de fundamentação idônea a amparar a imposição da segregação provisória em desfavor do recorrente.

Destaca que o agente compareceu a todos os atos processuais, inclusive

na audiência na qual a sua prisão preventiva foi decretada.

Posto isso, requer, liminarmente, a concessão de alvará de soltura em favor do agente, ainda que mediante a imposição de alguma das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo a presença do *fumus boni iuris* hábil a justificar o deferimento da tutela de urgência pleiteada, pois a apontada ilegalidade na imposição da prisão preventiva não se mostra de plano configurada.

Ademais, verifico que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação recursal, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de medida liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – bem como o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação da prisão preventiva – e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, **senha para acesso** aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, conceda-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator